

Onde havia o crime, há o amor: discursos sobre o SAM e a FUNABEM em Brasil Jovem (1966 - 1978).

Daminelli, Camila Serafim.

Cita:

Daminelli, Camila Serafim (2017). *Onde havia o crime, há o amor: discursos sobre o SAM e a FUNABEM em Brasil Jovem (1966 - 1978)*. XXIX Simpósio Nacional de História da Anpuh. Associação Nacional de História, Brasília/DF.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/camila.daminelli/13>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pTms/qDs>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



***Onde havia o crime, há o amor: discursos sobre o SAM e a FUNABEM
em *Brasil Jovem* (1966 – 1978)***

Camila Serafim Daminelli¹

Resumo: Esta comunicação propõe apresentar uma análise dos discursos acerca da extinção do Serviço de Assistência a Menores – SAM e da implementação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, em matérias da revista *Brasil Jovem*. Desde 1966, dois anos após a criação da FUNABEM, *Brasil Jovem* fora idealizada para servir de porta voz oficial da instituição. A revista foi editada até o ano de 1978, tendo circulado por todo o território nacional. Seu caráter pretensamente “leigo” objetivava abarcar um público alvo amplo, para além daquele ao qual era destinada a partir da assinatura prévia, qual seja, técnicos e especialistas nas temáticas infantojuvenis. Sobretudo durante a primeira e a segunda fase da revista, compreendidas respectivamente pelos períodos 1966-1967 e 1968-1974, o espectro do SAM permeou as mentes dos dirigentes da FUNABEM, tendo-se observado algumas especificidades em cada momento. Enquanto na primeira fase, quando a Fundação ainda se apresentava como promessa, a extinção do SAM foi apresentada como uma demanda social e a FUNABEM, como resultado dessas demandas, na segunda fase a instituição foi dada a conhecer enquanto materialidade possibilitada exclusivamente pelo advento da “Revolução de Março”.

Palavras-chave: Fundação Nacional do Bem Estar do Menor; Serviço de Assistência a Menores; *Brasil Jovem*; Discursos; Ditadura militar.

Esta comunicação é fruto de um primeiro contato entre a pesquisadora e as fontes documentais analisadas para a escrita da tese de doutorado em História.² Quando as fontes foram coletadas, em outubro de 2016, fotografei os exemplares de *Brasil Jovem* disponíveis no setor de periódicos da Biblioteca Nacional, analisando-os algum tempo depois. Ainda no momento da pesquisa, me chamou atenção o fato do segundo exemplar da revista ter publicado na íntegra um extenso documento, ou um conjunto de documentos, os quais eram anteriores à Fundação Nacional do Bem Estar do Menor -

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Desenvolve pesquisa sobre as políticas sociais para a infância e a juventude durante a ditadura militar. Atua na área de concentração da História do Tempo Presente. Pesquisadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família e do Laboratório de Ensino de História. Bolsista Capes. Email para correspondência: camis.hst@gmail.com.

² A pesquisa tem como hipótese de trabalho a reminiscência, no tempo presente, do paradigma menorista que é fruto da experiência da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. Para além da continuação de uma cultura menorista pré-existente, a FUNABEM conferiu-lhe especificidades que devem ser analisadas pelo saber histórico. A tese se intitula “Uma Fundação para o *Brasil Jovem*: minoridade e políticas sociais para infância e juventude no Brasil (1966-1978)”.



FUNABEM e que versavam sobre a extinção do Serviço de Assistência a Menores - SAM. Quando dei início a análise do material, percebi que ao longo da trajetória do periódico o tema voltou a ser objeto de mais de uma reportagem. Aquele passado-presente que o SAM representava foi investigado a partir do discurso oficial da Fundação, dando origem ao primeiro capítulo da minha tese – além de nortear os demais. Algumas das considerações tecidas no capítulo, com relação às leituras que a revista *Brasil Jovem* efetuou sobre o SAM e a FUNABEM, são o foco desta narrativa.

No final do ano de 1964, quando foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, havia quase duas décadas que estava em discussão, no Brasil, propostas para a reforma ou a substituição do Serviço de Assistência a Menores. Esta instituição, emergida no bojo das políticas empreendidas pelo então presidente Getúlio Vargas no campo da assistência social, em 1941, encontrava-se na década de 1960 imersa em um conjunto de graves denúncias de irregularidades, além de fortemente criticado pelas mídias, que a acusavam de promover o modelo de institucionalização carcerária e ineficaz na ressocialização de crianças e jovens atendidos por ela.³

Dado o cenário, o comando militar que tomou o governo do país optou – e deve-se pontuar, o fez muito rapidamente – pela não reforma do SAM, mas pela extinção desta entidade. Paulatinamente, as instituições e a população infantojuvenil assistida pelo órgão foram incorporadas à FUNABEM, herdeira inevitável de um arcabouço material e simbólico do qual imperava distanciar-se. A revista *Brasil Jovem*, órgão oficial da Fundação, narrou o processo de erradicação do SAM e da construção da FUNABEM em diversas situações. No entanto, a abordagem do tema seguiu duas lógicas distintas: uma evidenciada quando a Fundação ainda era um projeto em seus inícios, e outra, que se apresentou quando a instituição já estava constituída. Antes de adentrar na análise do conteúdo veiculado pela revista acerca desse processo, cabe demorar-se na apresentação da fonte documental.

Brasil Jovem foi o veículo oficial principal da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor durante 12 anos. A revista não era o único material produzido pelo Departamento de Relações Públicas da FUNABEM, mas constituiu-se o mais

³ VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 287-321.



significativo, por circular em todo o território nacional, voltar-se para um público variado e por distanciar-se da aparência de um boletim oficial, optando-se pelo formato de revista.⁴ Durante o período compreendido entre 1966 e 1978, 42 números foram publicados, alternados entre edições mensais, trimestrais, e quadrimestrais, além de períodos sem edição.

A partir do propalado perfil “leigo”, ou seja, que mesclava reportagens técnicas, informativas e também compilações de reportagens veiculadas pela mídia impressa periódica sobre a Fundação, o periódico almejava popularizar o vocabulário e os termos técnicos da instituição, além de legitimá-la, suas concepções e política, mediando informações junto ao público leitor interessado em temáticas infantojuvenis. A distribuição da revista junto às Fundações Estaduais, além de outras instituições e profissionais envolvidos em projetos de assistência à infância e à juventude objetivava a formação de uma opinião pública favorável ao trabalho levado a cabo pela Fundação. *Brasil Jovem* não era vendida em bancas de revistas e jornais, mas distribuída unicamente através de assinaturas, já que não era produzida com fins lucrativos.⁵

Tendo em vista critérios como perfil técnico e conteúdo, as edições de *Brasil Jovem* foram divididas, para de organização desta investigação, em três fases: a primeira, a abarcar os exemplares de 1966 e 1967; a segunda, que compreende as edições produzidas entre 1968 e 1974; e a terceira, agrupando os números produzidos entre 1975 e 1978. Já no que se refere ao perfil editorial, *Brasil Jovem* viveu dois momentos. O primeiro, a cargo do editor Glauco Carneiro, compreende o período de 1966 a 1974. O segundo, sob direção de Pedro de Menezes, perdurou entre 1975 e 1978.

As fases técnicas se apresentam de maior importância para esta análise, já que foram estabelecidas a partir da relação entre o suporte gráfico e o conteúdo veiculado. Em linhas gerais, a primeira fase caracteriza-se como fundamentalmente institucional, na qual foram publicados exemplares integralmente em preto e branco e variando entre 12 e cerca de quarenta e poucas páginas por edição. A Fundação apresentava-se ainda como um projeto, sendo descrita em grande medida no tempo futuro.

⁴ RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os filhos do mundo**: a face oculta da menoridade (1964-1979). São Paulo: IBCCRIM, 2001.

⁵ Ibidem.



A segunda fase corresponde ao período de maior estabilidade da revista. Aqueles anos conformam o auge da instituição e de seu veículo oficial, que se apresentava como uma revista com boa qualidade gráfica, em cores e com cerca de 90 páginas. O material produzido versava em sua maioria sobre as instituições da rede FUNABEM, as instalações renovadas, os convênios firmados, a atuação dos profissionais dentre outras matérias que se autocelebravam.

Finalmente, na terceira fase a revista *Brasil Jovem* investiu em sua internacionalização, alterando o foco do conteúdo, que foi das ações da instituição à universalização das temáticas. A instituição parecia querer demonstrar que os problemas sociais envolvendo a população infantojuvenil não eram exclusividade do Brasil, bem como não poderiam ser erradicados unicamente via institucionalização. A identidade gráfica estava, naquele momento, consolidada, e o material produzido era de alta qualidade.

Voltemos, então àquele segundo exemplar da revista, que havia me chamado à atenção no momento da pesquisa. Nele, os editores compilaram, juntamente com pequenos textos introdutórios, oriundos da redação da revista, o relatório de uma comissão de anteprojeto criada por Portaria Ministerial em maio de 1963, a fim de esboçar um projeto de lei para a criação de uma instituição voltada à assistência infantojuvenil, que viria a substituir o SAM. Tal anteprojeto teceu orientações com base na experiência de institucionalização pregressa, dentre as quais se destacam: ter a entidade uma abrangência nacional, ter no trabalho de prevenção da marginalização social um de seus baluartes principais, para além das políticas de tratamento, e utilizar a prática do abrigo de maneira excepcional, como último recurso disponível.⁶

Diversos documentos compunham o relatório da comissão de anteprojeto, entregue à presidência da República ainda no ano de 1963. Além das orientações mencionadas, *Brasil Jovem* publicou parte desses documentos anexos, como excertos de relatórios de comissões de sindicância abertas para apurar denúncias envolvendo o SAM, relatos de todos os ex-presidentes da instituição, coletados também por estas

⁶ Anteprojeto de criação da FNBEM. **Brasil Jovem**, ano I, n. 02, dezembro de 1966, pp. 24-32.



sindicâncias e pareceres dos ministros do STF acerca de um habeas corpus envolvendo um interno do SAM que da instituição havia empreendido fuga, datado de 1958.⁷

Um pequeno texto introdutório do referido material veiculado, intitulado sugestivamente “Anteprojeto de criação da FNBEM”, evidencia a apropriação realizada pela Fundação no que dizia respeito à trajetória percorrida desde o começo da década de 1950 para a instauração de uma nova política voltada aos infantojuvenis:

Durante muitos anos o Sistema de Assistência a Menores [sic] foi preocupação constante do Governo Federal. (...) em 1963, uma Comissão, nomeada para elaborar o anteprojeto de lei que iria permitir as alterações julgadas básicas para traçar novos rumos à questão, pôde terminar a tarefa e entregá-lo ao Governo. Crises políticas graves colocaram o anteprojeto em compasso de espera e somente a 1º de dezembro de 1964 transformado em lei – que recebeu o n. 4.513 – levou a assinatura do Ministro Milton Campos e a sanção do Presidente Castelo Branco.⁸

O projeto de lei elaborado por comissão instaurada no governo João Goulart, certamente não fora o mesmo executado pela FUNABEM a partir de dezembro de 1964. A noção de bem estar, para citar apenas um exemplo, estava ausente no projeto inicial, vindo a constituir-se norteadora da ação levada a cabo pela Fundação. No entanto, a reportagem de *Brasil Jovem* sobre os debates prévios à criação da Fundação demonstra que a FUNABEM se apresentava como o resultado de demandas sociais e de projetos empreendidos pelo Estado e seus poderes para a extinção e consequente substituição do SAM, ao longo de mais de uma década.

Durante a primeira fase da revista *Brasil Jovem*, portanto, fora esta a tônica da articulação entre o SAM e a FUNABEM: a Fundação se apropriou de apelo social e institucional que a autorizou a solapar a experiência anterior e iniciar uma nova fase da assistência, proteção e jurisdição sobre a população infantojuvenil. Num momento de “graves crises políticas”, nas quais o Estado fora surrupiado por um golpe que foi sucedido por um governo militar, portanto, ilegítimo, pode ter sido vital para a instituição recorrer ao processo de substituição do SAM, já em curso, para dar respostas à sociedade com relação ao “problema do menor”. Carecia de legitimidade a recém

⁷ Esta discussão está, também, em: RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 225-286.

⁸ Anteprojeto de criação da FNBEM. **Brasil Jovem**, ano I, n. 02, dezembro de 1966, p. 24.



criada instituição, assim como o carecia o regime da qual surgiu. Daí a necessidade constante por parte da equipe editorial de *Brasil Jovem*, neste primeiro momento, de remeter seus inícios aos debates que antecederam a Fundação; debates retomados porque foram largamente amparados tanto pelos poderes constituídos quanto pela participação civil.

Passemos agora a um segundo momento desta análise, que corresponde à segunda fase da revista *Brasil Jovem*. No dia 05 de outubro de 1970, o Centro Piloto da FUNABEM em Quintino Bocaiúva, localizado na cidade do Rio de Janeiro, recebeu a visita do então general-presidente da República Emílio Garrastazu Médici. O visitante fora recebido com os ânimos exaltados, pois era a primeira vez desde Eurico Gaspar Dutra, portanto, antes da FUNABEM, que o chefe máximo do Executivo visitava a instituição de Quintino. Crianças de três e quatro anos recepcionaram Médici aos gritos de “Bom dia presidente!”.⁹ A revista *Brasil Jovem* dedicou especial atenção a este acontecimento em seu exemplar de n. 16, datado do 4º trimestre de 1970.

A tônica da visita, bem como do discurso oficial do presidente Médici, girou em torno do “milagre” operado naquela instituição, a partir do qual o “inferno do antigo SAM desapareceu”.¹⁰ Naquela oportunidade, Médici apresentara a seguinte interpretação sobre as transformações que observava no Centro Piloto de Quintino:

Este milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda a Nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de Março. E não tenho dúvidas em afirmar que a contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria de, pelo menos, de bendizê-la para apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do malsinado SAM, para neste lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.¹¹

Falando para uma comitiva formada por militares, magistrados, profissionais da mídia impressa e televisiva, além dos funcionários da instituição e da população abrigada, o presidente Médici não fez ressalvas, como se observa, ao apontar que a imagem do malsinado SAM fora apagada incontestavelmente pela “obra revolucionária”. Ainda na mesma reportagem, sobre a visita de Médici à FUNABEM, o

⁹ Médici na FNBEM: “Isto é um milagre”. *Brasil Jovem*, ano IV, n. 16, 4º trimestre de 1970, p. 46.

¹⁰ *Idem*, p. 52-54.

¹¹ *Idem*.



editor de *Brasil Jovem* reafirmou que “esta é uma obra exclusivamente da Revolução” e, insistindo no protagonismo do governo militar junto ao desmantelamento do SAM concluiu que “a revolução, e só a Revolução, pôde modificar este estado de coisas”.¹²

Durante a segunda fase da revista *Brasil Jovem* não resta dúvida de que a FUNABEM procurou se distanciar significativamente do discurso inicial de sua criação, que se autolegitimava retomando o clamor público e legal pela substituição do SAM. A ruptura para com a primeira fase da revista se deu visivelmente no âmbito do discurso, alterado para o entendimento de que a Fundação era uma obra erguida exclusivamente pelo regime militar, quer dizer, o regime fora apontado como condição de possibilidade do solapamento do “malsinado SAM”.

Cabe ainda um último exemplo, oriundo de reportagem que celebrou os dez anos da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, publicada por *Brasil Jovem* na edição do 3º quadrimestre de 1976.¹³ A instituição do bairro Quintino Bocaiúva, um dos Centros Piloto da FUNABEM mais importantes do país, fora tomado como baluarte fundamental das alterações empreendidas no modelo assistencial voltado aos infantojuvenis, e alvo de comparações em dois tempos. A matéria foi construída a partir de imagens da instituição quando ainda era a sede do SAM, comparadas às imagens do centro já na administração FUNABEM.



¹² Idem, p. 58.

¹³ Dez anos depois: No lugar do SAM a FUNABEM. O amor ao invés do crime. **Brasil Jovem**, ano IX, n. 36, 3º quadrimestre de 1976, pp. 02-11.



Imagens 01 - 06: Pavilhão Anchieta – SAM (à esquerda) e Escola Padre José de Anchieta – FUNABEM (à direita). Fonte: Dez anos depois: No lugar do SAM a FUNABEM. O amor ao invés do crime. **Brasil Jovem**, ano IX, n. 36, 3º quadrimestre de 1976, p. 02-03.

O apelo visual da matéria é fundamental do argumento que a revista *Brasil Jovem* buscava consolidar, o qual ia ao encontro da fala do presidente Médici, anteriormente citada: a positividade da “obra revolucionária” no âmbito social era inquestionável. Tem relevância o fato de que a matéria, apesar de insistir na singularidade do regime enquanto condição de existência da FUNABEM, mencionava também os debates do STF, das comissões de sindicância e de anteprojeto. Nesta oportunidade, porém, os enunciados não procuraram legitimar a instituição, mas sugeriam que o SAM, cujas imagens veiculadas eram incontestavelmente dramáticas, havia muito vinha sendo alvo de debates, mas que somente a coragem dos generais-presidentes e sua vontade de mudar os rumos da infância e da juventude brasileira haviam logrado alterar aquela realidade.

A partir do meado do final da década de 1960, com o enorme capital herdado pela FUNABEM em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional,¹⁴ a instituição empreendeu a reconstrução em massa das instituições de abrigo infantojuvenis por todo o país, além de dar início à construção de novos centros, finalizados ainda na

¹⁴ VOGEL, 2011.



primeira metade da década de 1970. No que se refere à terapêutica assistencial, a Fundação Nacional incentivou e patrocinou uma série de eventos, organizados nos estados, em micro e macro regiões, para a discussão do chamado problema do menor, assim como para debater as metodologias de atendimento consideradas mais atualizadas para que as Fundações Estaduais operassem em consonância com as normativas da Política Nacional do Bem Estar do Menor.

Trocando em miúdos, o período compreendido entre 1968 e 1974 fora caracterizado por otimismo no que se referia às políticas sociais para a infância e juventude, momento também em que a FUNABEM dispôs de uma materialidade concreta que a afastou da promessa que representava outrora. Por outro lado, a instituição ainda estava distante do caótico cenário de seu desmantelamento, que se iria descortinar em seguida. A derrocada da Fundação, iniciada em concomitância com a do regime militar, teve início nos anos finais da década de 1970,¹⁵ momento em que *Brasil Jovem* entra em sua terceira fase e em seguida, deixa de ser editada.

Considerações finais

O conteúdo produzido e veiculado em *Brasil Jovem* buscou elucidar a um público leitor especializado, ou ainda, interessado, o que era a FUNABEM, que método de trabalho empregava, como estava a situação da população infantojuvenil assistida, anterior e posteriormente à criação das Fundações Estaduais por todo o país. Em reportagens nas quais se autopromovia, observa-se que a imagem propalada pela Fundação sobre si fora construída mobilizando elementos do imaginário coletivo acerca do órgão que a antecedeu. Sobretudo durante a primeira e a segunda fase da revista, compreendidas respectivamente pelos períodos 1966-1967 e 1968-1974, o espectro do SAM permeou as mentes dos dirigentes da FUNABEM em três pontos fundamentais, convertidos em princípios que deveriam reger seus trabalhos.

O primeiro princípio norteador referia-se a tornar a FUNABEM uma instituição verdadeiramente nacional, que pudesse falar em nome da pátria e do regime militar em

¹⁵ Para um apanhado historiográfico acerca do golpe, ditadura militar e sua periodicidade, ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, pp. 29-60.



curso. Para tanto seria necessário desvincular a promoção social da pasta do Ministério da Justiça, proporcionando a autonomia administrativa e financeira necessária à sua expansão. Em segundo lugar, a experiência anterior de institucionalização em massa se apresentava como política onerosa e pouco eficaz, devendo, portanto, ser combatida. Viria a ser aquela uma política para quem dela necessitasse, como último recurso: os menores abandonados e os menores infratores. O terceiro ponto dizia respeito a um trabalho de prevenção da marginalização social da infância e da juventude, que permitisse a erradicação do chamado problema do menor a médio e longo prazos.

No que se refere às leituras que a revista *Brasil Jovem* realizou do processo de substituição do Serviço de Assistência a Menores pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, evidenciou-se dois momentos, duas lógicas narrativas. A primeira, observada durante a primeira fase da revista, quando a Fundação ainda não havia se consolidado enquanto rede de promoção/ assistência social efetiva – sendo, portanto, uma “promessa” de política social – girou em torno de demandas que haviam requerido, desde pelo menos uma década e meia, a erradicação do modelo assistencial empreendido pelo SAM. A FUNABEM carecia legitimar a si mesma através dos apelos sociais e institucionais anti-SAM.

Já durante a segunda fase da revista, que coincide com o período de estabilidade do regime militar, da FUNABEM e da própria revista *Brasil Jovem*, a Fundação se apresentou enquanto materialidade inquestionavelmente positiva, que poderia falar por si mesma sem recorrer a outras instâncias de legitimidade. A alteração do modelo SAM para o modelo FUNABEM e o “milagre” operado nas instituições fora apresentado como obra realizada exclusivamente pelas mãos da “Revolução de Março”.

Os sentidos da lógica empreendida pelos editores de *Brasil Jovem*, neste segundo momento da revista, vão além do silenciamento dos enunciados legitimadores evidenciados na primeira fase. Durante a segunda fase do periódico (1968-1974), a FUNABEM foi apresentada como um projeto que, *apesar* de ter sido longamente demandado pela sociedade civil e pelos poderes por ela consolidados, *somente* pôde constituir-se como materialidade por conta dos esforços dos governos militares. O título da reportagem que sintetiza esta concepção dera, também, título a esta comunicação: “No lugar do SAM, a FUNABEM, o amor ao invés do crime”.



Seja porque costumou propalar as rupturas empreendidas, seja porque se defendeu veementemente das continuidades das quais era acusada, a FUNABEM não logrou apartar-se das reminiscências do passado-presente que o SAM representava. Os pontos de intersecção entre o SAM e a FUNABEM, elencados brevemente nesta comunicação, são eixos centrais da tese de doutoramento que realizo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Referências

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 225-286.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os filhos do mundo: a face oculta da meniridade (1964-1979)**. São Paulo: IBCCRIM, 2001.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 287-321.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, pp. 29-60.

Reportagens citadas

Anteprojeto de criação da FNBEM. **Brasil Jovem**, ano I, n. 02, dezembro de 1966, pp. 24-32.

Médici na FNBEM: “Isto é um milagre”. **Brasil Jovem**, ano IV, n. 16, 4º trimestre de 1970, pp. 46-58.

Dez anos depois: No lugar do SAM a FUNABEM. O amor ao invés do crime. **Brasil Jovem**, ano IX, n. 36, 3º quadrimestre de 1976, pp. 02-11.